

Os Corregedores de Moncorvo (1693-1786) Acção Política e Correccional*

Rogério Borralheiro

Investigador do NEH - Universidade do Minho



1. Tema e Fontes

Neste trabalho pretendemos, a partir dos provimentos dos Corregedores na comarca de Moncorvo, dos finais do século XVII e século XVIII observar, numa apreciação, as linhas de continuidade ou ruptura da orientação política, caracterizando a acção e os domínios de intervenção destes Magistrados Régios, no contexto do pensamento ilustrado e acção política da Monarquia que alastrava por toda a Europa.

A partir do campo da acção política desta magistratura e à luz da sua jurisdição e alçada tentámos compreender a intervenção em quatro pontos:

1. Na *fazenda e património municipal* sobretudo na arrecadação das rendas municipais e na fixação da ordem e limites da receita e da despesa;
2. No *governo económico do concelho*, isto é, no fomento da agricultura, área a que era necessário prestar mais atenção sobretudo nos domínios da polícia agrária, protegendo os campos de renovo, as árvores de fruto, as veigas de cereal, dos gados; a economia comunal/paroquial, designadamente na vedação das veigas, no pastoreio dos gados, na protecção dos montes e baldios, das matas e por fim da viação urbana e rural, na manutenção dos caminhos transitáveis, promovendo a construção e conservação das pontes e passagens segurança e da justiça;
3. No *governo político e social concelhio* que se dirigia ao ordenamento político da comunidade através da eleição, escolha e nomeação dos diversos oficiais da vila e termo como eram os almotacés, os juizes da vara e outros oficiais que governavam as paróquias e vintenas fazendo cumprir as posturas e regimentos; ao ordenamento administrativo da produção e consumo sobretudo a regulação do abastecimento de bens e fiscalização da sua qualidade, tabelamento de preços, o controlo da produção e ao ordenamento judicial de defesa do serviço público através da controlo da criminalidade, da circulação de gente estranha à comunidade;
4. E outros *campos de intervenção* que dizem respeito à articulação com a ordem régia, designadamente no cumprimento das ordens régias, da defesa dos bens da Coroa e na interacção com os corpos da administração central em matérias da sua alçada mas de interesse local.

Este exercício é feito a partir da análise dos *Capítulos e Provimentos* que estão registados nos onze Livros da Correição da Comarca de Moncorvo depositados no Arquivo Municipal de Moncorvo, que cobrem os anos de 1693 a 1786, num total de 93 anos, quase um século.

* Comunicação pública a título póstumo

O nosso estudo respeita apenas a 4 livros de um total de 7 para o período que decidimos estudar, compreendido entre o ano de 1693 e o ano de 1787¹. Não tratamos do período posterior a 1788 por corresponder ao início de funções do Corregedor José António de Sá, magistrado régio que tem sido objecto de vários trabalhos que, embora não tratem os seus provimentos de uma forma sistemática, evidenciam e revelam uma grande unidade de actuação².

As fontes sobre a qual incide esta reflexão são os *Livros dos provimentos da correição*: n.º 256 que cobre o período de 1693 a 1700, n.º 260 e n.º 261 que respeitam ao período compreendido entre 1730 a 1734 e 1735 a 1740 respectivamente e finalmente o livro n.º 262 que, embora na ficha refira o espaço temporal compreendido entre 1748 a 1786, não tem capítulos e provimentos de alguns anos designadamente dos anos de 1752 a 1764, dos anos 1771 e 1772 e do ano de 1779, 1781 e 1785. Em síntese o estudo de que extraímos esta comunicação resulta da observação de 37 anos de capítulos de correição e da acção de 21 Corregedores.

Cota (A.M. Moncorvo)	Anos de correição	Corregedores
256	1693/1694	Luís de Mures Monteiro
256	1695	Miguel da Cunha Coutinho
256	1696	João de Aguiar
256	1697/1699	Gaspar Cardoso de Carvalho
260	1730/1731	António Pires da Silveira
260	1732	José da Costa Macedo
260/261	1733 e 1736	José de Morais Machado
260	1734	Francisco Teixeira da Mota
261	1735	Diogo Guedes de [Figueira]
261	1737	[Eridogono] Nunes Madeira
261	1738/1739	José Miguel da Veiga e Távora

¹ No arquivo Municipal de Moncorvo existem 11 livros dos provimentos da Correição, que cobrem o período de 1693 a 1816 com alguns anos lacunares.

² Efectivamente este ano de 1787 corresponde à entrada em exercício do Corregedor José António de Sá que, sabe-se ter desenvolvido uma acção fiscalizadora intensa, na linha do governo reformista de D. Maria I, que, para o caso da Comarca de Moncorvo se traduz numa ruptura com as práticas anteriores. A este propósito ver Fernando de Sousa, *A Memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série de História, vol. IV, Porto; *A Correição de Moncorvo em Finais do século XVIII*, CEPESE, Porto, 2001.

262	1748/1749	Manuel de Miranda
262	1750	Manuel Coelho de Almeida
262	1751	Francisco Álvares da Silva
262	1765/1770	José Bernardo Coutinho
262	1774	Francisco Xavier de Morais Figueiredo
262	1775	António Pinto de Mesquita Sarmento
262	1776/1778	Manuel António Pinto de Escobar
262	1780/1783	Inácio de Carvalho Freitas
262	1784	Columbano Pinto Ribeiro de Castro
262	1786	Venâncio Marcelino de Campos Deslandes

Como se verifica pelo quadro supra não é possível pelo *Livro dos provimentos da correição* saber ao certo se estes corregedores exerceram o habitual mandato de três anos. Pelos anos de correição podemos afirmar uma ocupação breve do cargo para alguns casos. Apenas quatro destes corregedores aparecem a correger em três anos continuados, um em dois anos alternados, 5 em dois anos seguidos e os restantes um ano apenas. O único caso de permanência prolongada no cargo, é o de José Bernardo Coutinho que teve o seu mandato renovado por uma vez, ocupando o cargo por seis anos consecutivos, facto aliás que parece vir ao encontro da prática do governo Pombalino que promovia a estabilidade e permanência nos cargos.

2. A Administração Régia Portuguesa de A. Regime

2.1. A Administração Central e a articulação com a periferia.

O governo político-administrativo do Reino, para o período do Antigo Regime, desenvolve-se em dois níveis, o da Administração Central e o da Administração Central periférica. A Administração Central propriamente dita organizava-se tendo à cabeça a Casa Real, acompanhada das Casas da Suplicação e do Cível, do Conselho da Fazenda, do Conselho de Estado, do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência e Ordens, dos Conselho da Índia e Conselho Ultramarino, do Conselho da Guerra e Tribunais Eclesiásticos. Todos estes órgãos da administração central da Coroa dividiam entre si as várias matérias de governo como os seus títulos sugerem³.

³ José Subtil, “Os poderes do centro” in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), IV vol., ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

A Administração periférica da Coroa era constituída pelo conjunto de magistrados régios que se articulavam com as estruturas político-administrativas locais, designadamente os concelhos. Esta administração centrava a sua actuação em três campos da vida político-administrativa deste modelo de regime monárquico português para a Época Moderna: na fazenda, na organização militar e na justiça. Para o primeiro campo existia a Provedoria, espaço geográfico administrativo, cujo provedor tinha alçada sobre as câmaras e concelhos designadamente na inspecção da fazenda régia; para o segundo temos o Governo das Armas da Província e para a Justiça temos as Comarcas com o seu Corregedor. Estes órgãos, tratavam de um conjunto variado de matérias devidamente regulamentadas ainda que, por vezes, se assistisse a conflitos inter corpos e seus oficiais por falta de clareza da divisão de poderes e competências ou, simplesmente, por abuso e excesso de intervenção. No que respeita às Provedorias a principal competência dirigia-se à recolha da receita pública, nas câmaras, nas alfândegas e nos corpos e instituições sociais e da igreja (capelas) onde se lançavam e recolhiam os impostos públicos e era necessário proceder à aprovação das contas. Na organização militar cabia aos Governadores de Armas das Províncias superintender e organizar as forças militares, designadamente as milícias e as ordenanças. Na justiça a administração régia periférica assentava essencialmente na acção dos Corregedores⁴. Estes, entre as várias funções desempenhadas inerentes ao cargo, cujo seu exercício se sustenta na sua formação letrada, promoveram o fomento do direito comum e régio nas terras, a partir de padrões oficiais e letrados. Os Corregedores, sobre os quais centrámos esta nossa comunicação, eram magistrados régios que constituíam o principal “prolongamento” da administração central da Coroa no que respeita ao contacto com as estruturas político-administrativas locais, particularmente as concelhias.

2.2. Os Corregedores no ambiente político do Antigo Regime

A Historiografia Portuguesa tem, nos últimos anos, prestado particular atenção à organização da administração pública no território português, no período do Antigo Regime e na transição para o Liberalismo, designadamente no que respeita ao governo territorial e à actividade desta magistratura correcional, também denominada por administração central periférica, cujos protagonistas principais eram os Provedores e os Corregedores.

⁴ Este quadro da estrutura da administração central régia vem referido em A. Manuell Hespanha, *As Vésperas do Leviathan, Instituições e poder político, Portugal-séc. XVII*, ed. Almedina, Coimbra, 1994. pp. 227-258.

Grande parte destes estudos incidiu nos níveis de actuação desta magistratura e na articulação entre territórios, com abordagens de carácter geral, tendo por base o quadro legal disposto nas Ordenações e nas diversas Leis Extravagantes e o conjunto de fontes dos arquivos centrais. No que respeita à actuação e importância do Corregedor, deve referir-se entre outros, os estudos de António Hespanha que caracterizam o conjunto genérico das atribuições deste magistrado régio, classificando-o como o superintendente de toda a vida político-administrativa da comarca, destacando porém a natureza tutelar do cargo⁵. Dele diz que é um cargo cuja acção tem efeitos diminuídos, por estar inibido de interferir em domínios chave da administração como era o caso das finanças, que cabia ex-offício ao Provedor e Contador da Fazenda, e da Milícia, esta sob alçada do Governador de Armas. Os corregedores, no dizer deste autor eram uma magistratura acantonada no controlo do funcionamento da justiça e na tutela política dos concelhos.

Outros trabalhos existem que tratam de modo mais específico o desempenho da função dos Corregedores, tendo por centro do seu estudo a análise da sua actuação nos diversos domínios da sua jurisdição e alçada em sede de Comarca. Referimo-nos tão só a dois exemplos: *A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo*⁶, que ilustra a visão do Corregedor J. António de Sá que integra uma plêiade de magistrados e pensadores, existentes na segunda metade do século XVIII, que a partir da sua experiência e conhecimento, produziram textos e relatórios essenciais à reforma territorial administrativa e à adequação da Lei aos novos tempos, produzindo uma importante Memória reflexiva sobre a administração na comarca de Moncorvo com propostas ilustradas para a sua reforma; O estudo levado a cabo por José Capela, sobre *a actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)* que, com maior detalhe, aproxima e contextualiza historicamente a acção dos corregedores nas Comarcas de Braga, Barcelos, Guimarães, Valença e Viana, a partir da análise dos capítulos e provimentos por eles produzidos⁷. Torna-se necessário na sequência deste estudo para avançar no conhecimento destes magistrados e seu papel, alargá-los à acção e reflexão para outras regiões de Portugal para se poder compor uma visão mais ampla da sua acção. É consensual a necessidade de estudar e compreender o funcionamento destas extensões periféricas do poder e da administração central, designadamente para apreender a questão dos

⁵ A. Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan, Instituições e poder político, Portugal-séc. XVII*, ed. Almedina, Coimbra, 1994. pp. 199-206.

⁶ Fernando de Sousa, *A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo, o.c. ...*, separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série de História, vol. IV, Porto; *A Correição de Moncorvo em Finais do século XVIII*, CEPESE, Porto, 2001.

⁷ José Viriato Capela, *Política de Corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, ed. ICS, Universidade do Minho, Braga, 1997.

equilíbrios do sistema de poder, mas também conhecer e avaliar os meios e as formas como estes magistrados exerciam o poder e controlavam os poderes políticos autónomos de que a câmara e o concelho, são o exemplo maior.

Este nosso estudo fixa-se também no plano da análise dos provimentos dos corregedores para os pontos em concreto da sua correição, deixando de parte as bases e orientações político-doutrinárias de cada magistrado, não deixando naturalmente de as referir ao quadro geral da acção monárquica de que eles são agentes.

O Corregedor pertencia a uma magistratura criada no século XIV inicialmente com jurisdição delegada ou comissarial, evoluindo a natureza das suas funções para uma magistratura ordinária com competências devidamente estabelecidas nas Ordenações e Leis Extravagantes, sobre um território determinado que se denominava a Comarca⁸.

Com a graduação de bacharel ou doutor em leis, como determinava a lei, era nomeado pelo rei, sob proposta do Desembargo do Paço, por mandato de três anos, podendo ser renovável⁹. Como dispunha o parágrafo 15, do título 13º no Livro 1º a *Ordenação Filipina*, “O principal officio de Corregedor hé fazer conter cada hum nos limites da sua jurisdiçam vigiando que se não usurpe ou uze della como se não deve por ser usurpação feita à jurisdição de Vª Magestade”. Exercia a jurisdição e alçada sobre um território – a Comarca – onde superintendia sobre todo o conjunto da sua vida político-administrativa sob a forma de tutela e não sob a forma de um poder hierárquico.

A principal atribuição dos corregedores dizia respeito a matérias de Justiça. Competia-lhe inquirir e acompanhar a actividade das justiças locais, designadamente a câmara e seu juízo geral e todos os seus oficiais – excluindo o Juiz de Fora – defender e proteger a jurisdição real e a ordem pública, inspeccionar as prisões, conhecer e avocar os feitos onde pudesse haver constrangimentos por parte dos juizes locais, conhecer os agravos das justiças locais, fazer devassas sobre os actos graves dos mesmos oficiais. Os corregedores tinham também atribuições no domínio da política e da polícia, cuja importância no seio das comunidades locais era de grande importância para o controlo dos excessos e abusos dos mais poderosos¹⁰.

⁸ A. Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, o.c...., Almedina, Coimbra, 1994.

⁹ José Subtil, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, U. A. de Lisboa, Lisboa, 1996.

¹⁰ A este propósito, ver Fernando de Sousa, *A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, Ed. Faculdades de Letras, U. do Porto, Porto, 1974 (Separata da Revista da Faculdade de Letras); *A Correição de Moncorvo em Finais do séc. XVIII*, Ed. CEPESE, Porto, 2001; e José Viriato Capela, *Política de Corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, ed. ICS, U. do Minho, Braga, 1997.

No domínio político destaca-se o controlo do governo dos concelhos, desencadeando e presidindo as eleições dos seus juizes e oficiais, verificando o cumprimento das leis régias, das posturas, o desenvolvimento da vida administrativa e financeira do concelho. No âmbito da polícia, isto é do controlo social e acompanhamento da actividade dos oficiais e suas actividades quotidianas – domínio, como veremos, de significativa importância – deviam conhecer o desempenho dos oficiais locais: vereadores, almotacés, juizes de vintena, médicos e cirurgiões do partido; inquirir do estado das obras públicas da comarca: estradas, pontes, fontes, casas do concelho; promover o plantio de árvores; controlar o contrabando, isto é curar da promoção e bem estar dos povos nos domínios da economia, segurança, subsistências e saúde.

Todas estas competências decorriam da natureza ordinária desta magistratura que, naturalmente, integrava as leis das Ordenações mas também outras decisões da administração central, realizando aquilo que José António de Sá sintetizou do seguinte modo: “*Ao officio dos Corregedores das Comarcas incumbe neste Reino principalmente a vigia sobre a conservação da Lei e cortar os abusos que contra o seu espírito ou letra e debaixo do pertexto dellas se tem introduzido*”¹¹.

Enquanto magistrado que tem alçada e tutela sobre uma Comarca faz com que recaia sobre ele as determinações dos órgãos da administração central, designadamente o Desembargo do Paço, entidade com quem os corregedores, normalmente, se correspondiam. Com alguma concorrência com outros magistrados territoriais como os Provedores e os Contadores das comarcas, o Corregedor aparece no Antigo Regime, como o interlocutor político mais prestigiado com o poder real e os tribunais superiores da Coroa, sendo conhecido nos meandros do poder como os “primeiros magistrados das comarcas”¹², ganhando “ao longo da segunda metade do século XVIII e últimos decénios da administração do antigo regime uma importância e prestígio que antes estivera longe de alcançar”¹³, desenvolvendo um ascendente e uma actividade reguladora das práticas políticas e administrativas dos diversos oficiais do governo municipal/local e também dos oficiais de nomeação régia para a periferia, designadamente pela atribuição de novas tarefas de natureza política criadas pelo Estado da Ilustração (v.g. Polícia)¹⁴. É pois uma magistratura que, nestes finais do século XVIII, se verá envolvida em múltiplas tarefas, assumindo uma importância e um prestígio que deve ser entendido à luz das novas correntes

¹¹ IAN/TT, M. do Reino, maço 325, cx. 435, capítulo 60. José António de Sá, *Dissertação sobre a origem das sociedades civis para servir de preliminar ao Tractado dos Corregedores das Comarcas*

¹² A. Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, o.c...., Almedina, Coimbra, 1994. 201.

¹³ José Viriato Capela, “A câmara, a nobreza e o povo de Barcelos” separata *Barcelos revista*, vol. III, n.º 1, 1989, p. 241.

¹⁴ Paschoal José de Mello Freire dos Reis, *O Novo Código do Direito Publico de Portugal ... em que se contém a matéria do Livro II das actuaes Ordenações*, Primeira Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844. tit. XLII, pp. 134-144.

administrativas e orientação política que lutavam pela reforma da administração do território, tanto no que respeita à centralização do poder como à evolução do modelo administrativo de governo. Em grande medida a implantação das novas instituições e reforma do Estado Ilustrado e Reformista de D. José I a D. João VI por ele passam e por ele são conduzidas¹⁵.

3. A Correição da Comarca de Moncorvo (1693-1786)

3.1. A instituição e sua organização

A Província de Trás-os-Montes estava dividida, ao tempo, em quatro territórios administrativos: dois, sob jurisdição dos Corregedores – a Comarca de Moncorvo e a Comarca de Miranda do Douro; outros dois, sob jurisdição dos Ouvidores – a Ouvidoria de Bragança e a Ouvidoria de Vila Real. Denominavam-se Comarca os territórios de tutela régia e Ouvidorias aqueles territórios que eram de senhorios donatários.

A Comarca de Moncorvo era um território composto por 26 vilas a saber, Abreiro, Água Revés, Alfândega da Fé, Anciães, Castro Vicente, Chacim, Cortiços, Frechas, Freixiel, Freixo de Espada à Cinta, Lamas de Orelhão, Linhares, Moncorvo, Mirandela, Monforte de Rio Livre, Mós, Murça de Panoia, Nuzelos, Pinhovelo, Sampaio, Sezulfe, Torre D. Chama, Valdasnes, Vilas Boas, Vila Flor e Vilarinho da Castanheira.

Na comarca o Corregedor era assessorado, na sua actividade por um conjunto de oficiais auxiliares que constava, por regra, de um escrivão da correição, um escrivão judicial da comarca, contador, distribuidor e inquiridor (estes três ofícios andavam normalmente em acumulação numa só pessoa), chanceler, caminheiros, meirinho e porteiro.

No acto de correição às vilas e termos o Corregedor fazia-se acompanhar habitualmente do escrivão da comarca e do meirinho, fazendo parte normalmente da sua comitiva um conjunto de alguns quadrilheiros ou guardas para protecção. Transportavam-se em cavalos, tendo um ou mais animais de carga para o transporte das alfaia e equipamentos indispensáveis à comitiva – os livros de registo, os livros de Leis e roupas de resguardo assim como alimentos para a viagem.

¹⁵ A título de exemplo já não era só o Desembargo do Paço que se correspondia com estes magistrados, mas também outros corpos da administração central como o fez o Conselho da Fazenda no que respeita à reformulação do lançamento e arrecadação dos impostos, junto do Corregedor de Moncorvo: A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda remeteu em 7 de Setembro de 1790, um aviso ao Corregedor da Comarca de Moncorvo, para reformar na respectiva comarca os lançamentos da décima. in, *Necessidade que há de suscitar em todo o Reino o Regimento dos corregedores*, (capítulo 64, nota 1), José António de Sá, IAN/TT, M. do Reino, Maço, 325, cx. 435

Uma vez chegado à vila, o Corregedor usava do *direito de aposentadoria* a que as autoridades locais estavam obrigadas, providenciando para o efeito as adequadas instalações.

Uma acção de correição constava do acto realizado pelo Corregedor que tinha por finalidade inspecionar e fiscalizar as instituições submetidas à sua jurisdição, promovendo a audição das autoridades locais e dos povos e capitulando os respectivos provimentos face aos diversos problemas identificados. Uma vez instalada a comitiva o Corregedor mandava dar conhecimento do início do acto de Correição aos povos para cumprir, nos termos dos textos da própria correição do corregedor de Moncorvo, a *boa administração da justiça e bom governo da república para cujo efeito mandou lançar pregoins na praça publica da dita villa da Torre de Moncorvo e mais lugares públicos e costumados della e em cada hum dos lugares de seu termo por Lourenço da Costa porteiro deste juízo da Correissam*¹⁶.

Efectivamente na audiência dos respectivos capítulos, para que são convocadas as justiças da terra, em 1º lugar a câmara, mas também os juizes almotacés e pedâneos, e o povo dos termos, procede-se à inquirição de um conjunto de *itens* que integram o essencial desta “actividade inspectiva e corregedora”, da qual resulta um conjunto de provimentos, no caso de serem necessários, respeitantes aos quesitos, que traduzem o nível e a natureza da intervenção do corregedor.

No caso das Correições na Comarca de Moncorvo os procedimentos habituais seguiam de perto este plano de actuação. A correição iniciava-se com a audiência dos juizes, vereadores e procurador do concelho pela inquirição dos *itens* standard, - tábua de interrogatórios - que se tornava um ritual e que se verifica para todo o período estudado que resume as principais competências e tarefas do *Regimento* dos Corregedores. Tratava dos assuntos respeitantes às instituições do concelho, aos direitos e jurisdições reais e ao bom governo do concelho. Por ela se pode afirmar a natureza formal e legalista da correição, de resto suportada em articulado próprio vertido no *Regimento* e nas *Ordenações Filipinas* do Reino e directamente relacionado com as competências do Corregedor¹⁷.

¹⁶ Arquivo Municipal de Moncorvo, *Livro dos provimentos de correição 1693-1700*, n° 256 (auto de registo da correição de 1693).

¹⁷ Também para as Correições no Minho e nas ilhas da Madeira e Porto Santo se verifica a existência de uma tábua de interrogatórios cujo conteúdo se dirige aos aspectos institucionais do funcionamento da Câmara e do governo das vilas e termos no respeito pelas Leis e pelo direito local. José Viriato Capela, *Política de Corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, ed. ICS, U. do Minho, Braga, 1997, pp. 31-36. Ana Madalena Trigo de Sousa, *O exercício do poder municipal na Madeira e Porto Santo na época Pombalina e post-pombalina*, ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, pp. 271-274.

A tábua dos interrogatórios para o caso em estudo foi sempre a mesma, fazendo parte dela um conjunto de 16 *itens*. Numa distribuição por temas é possível orientá-la por 3 campos de inquirição distribuídos do seguinte modo: i, natureza e titularidade da jurisdição sobre o concelho e direitos reais; ii, defesa e promoção da ordem concelhia; iii, acompanhamento da situação económica e social do concelho. O primeiro tratava essencialmente um conjunto de *itens* que cuidavam de assegurar se o poder da Coroa era respeitado, se havia abusos e usurpações dos direitos reais, compondo-se dos seguintes *itens*:

1. *De quem era a vila e seu termo; quem reconhecem por seu rei e senhor;*
2. *Por quem chamavam os juizes que serviam pela ordenação e os vereadores e procuradores do concelho e os mais oficiais da câmara;*
3. *A quem pertenciam os ofícios de Tabelião do público, judicial e notas da Vila de Moncorvo, contador, inquiridor e distribuidor do juízo geral, juiz e escrivão dos órfãos, escrivão da câmara, almotaçaria, sisas, achadas e guias, meirinho ou alcaide e os mais oficiais de justiça desta vila;*
4. *Se se pagavam nesta vila e seu concelho alguns foros ou direitos reais a quantos pagavam e a quem;*
5. *Se havia nesta vila e seu Concelho algum clérigo ou pessoa revoltosa que encontre e perturbe a jurisdição real;*

O segundo campo dirige-se ao controlo e fiscalização do bom funcionamento da câmara no cumprimento das leis e posturas orientando a sua atenção para a defesa e promoção da ordem concelhia. Compõe-se dos seguintes *itens*:

1. *Se havia cofre dos órfãos e depositário dele e se esse era pessoa sêgura e abonada em cujo poder estivesse com toda a boa segurança e arrecadação o dito cofre com o dinheiro e bens dos órfãos;*
2. *Se havia foral da vila na câmara, pelo qual se constava do que se pagava e cobrava;*
3. *Se na cobrança do dito direito real se se fazia algum excesso ou se se cobrava mais do que o foral dizia;*
4. *Se havia na câmara desta vila os pesos e medidas necessários pelos quais se garantissem e aferissem os pesos e medidas dos particulares e os dos lugares do Concelho e os das vilas desta Comarca como cabeça dela;*
5. *Se na cadeia desta vila havia os ferros necessários e mais prisões para a boa segurança dos presos que a dita cadeia fossem levados ou se necessitava a dita cadeia de alguns concertos e reformas para segurança dela.*
6. *Se trazia este Concelho demanda com outro algum Concelho;*
7. *Se havia na Câmara desta vila algumas posturas prejudiciais que seja necessário anularem-se ou emendarem-se ou se de novo fazerem outras;*

8. *Se necessitava este Concelho de mais algum oficial de Justiça para a boa administração dela;*

O terceiro campo concentra-se no conhecimento do estado de desenvolvimento e promoção do bem estar económico e social da comunidade. Integra apenas dois *itens*, o primeiro dirigido à situação demográfica das terras, cuidando de saber *se havia nesta vila e seu Concelho alguns lugares despovoados*, para no caso de ser necessário, se povoar de novo. E também ao fomento da arborização e plantação de árvores de fruto designadamente a vinha. O segundo dirigido às infra estruturas e equipamentos, relacionado com as vias de comunicação e por elas com a promoção da circulação e comercialização de bens e produtos que aumentassem o comércio, favorecessem o abastecimento de bens de consumo e outros materiais necessários à economia da terra como se vê:

1. *Se havia nesta vila e seu Concelho alguns lugares despovoados e desaproveitados que seja necessário povoarem-se e aproveitarem-se ou porem-se de arvoredo ou de vinhataria;*
2. *Se havia nesta vila algumas pontes, fontes, caminhos ou calçadas que seja necessário concertarem-se, reformarem-se ou se fazerem de novo.*

Por fim um *item* de carácter geral que visava a avaliação da utilidade dos provimentos e da eficácia da correição ou correições antecedentes, questionando a câmara e demais pessoas ouvidas em audiência, sobre a aplicação dos provimentos anteriores.

1. *Se se guardaram e observaram os capítulos dos provimentos passados na forma deles.*

Esta tábua de interrogatórios apresenta poucas diferenças daquelas que José Capela encontrou para as correições do Minho no período de 1750 a 1834 e Ana de Sousa para as correições na Madeira¹⁸, no último quartel do século XVII. No caso da tábua dos interrogatórios para o Minho verifica-se uma preocupação acentuada naquilo que José Capela classificou de *ordenamento social* que em Moncorvo não vai tratada de modo desenvolvido. Efectivamente no Minho verifica-se a inquirição sobre a usurpação do uso de dignidades e formas de tratamento, abusos de aposentadoria, inquirição sobre criminosos, ladrões, vadios e também sobre a segurança dos presos mais perigosos e das condições da cadeia, assim como dos excessos dos mais poderosos. Na Madeira a tábua de interrogatórios descrita contém 27 *itens* tratando, para além daqueles que são comuns a Moncorvo e ao Minho, ainda outros domínios.

¹⁸ José Viriato Capela, *Política de Corregedores nos municípios minhotos*, o.c. ..., ed. ICS, U. do Minho, Braga, 1997, pp. 31-36. Ana Madalena Trigo de Sousa, *O exercício do poder municipal na Madeira e Porto Santo*, o. c. ..., ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, pp. 271-274.

Seguindo de perto o termo de abertura da Correição de 1693 em Moncorvo verifica-se que, desde logo, a Correição dará lugar a uma *sentença* cujo cumprimento cabe às autoridades que deveriam, por isso, estar presentes no momento da sua elaboração como se exprime nos seguintes termos:

Esta minha sentença de provimento por correição enforma ser apresentada e o conhessimento della com direito e haja de pertencer e seu devido effeito e cumprimento della se pedir e requerer por qualquer modo e via forma ou maneira que seja em direito melhor lugar haja e mais valha ou mais valler possa a todos em geral e a cada hum em particular especialmente a cada hum em sua jurisdição e com especialidade a todos os juizes pella ordenação que servem nesta villa da Torre de Moncorvo e aos vereadores e mais officiais da Câmara della que actualmente servem este presente anno como aos que ao diante servirem. Faço saber que nesta villa da Torre de Moncorvo este presente anno de mil e seiscentos e noventa e três na forma da obrigassam do cargo que tenho exercido de Corregedor desta Comarca fui a Correição desta ditta Villa e seu termo e pella ter finda e acabada ordenei por remate della de fazer provimento com os vereadores e mais officiais da Câmara desta Villa para ficar nella do qual provimento o theor hé e ao diante se segue¹⁹.

3.2. Os provimentos de Correição

As correições de Moncorvo organizam-se pois em duas etapas propriamente ditas à luz do registo dos capítulos de provimentos, uma primeira etapa que corresponde à inquirição dos 16 *itens* da tábua dos interrogatórios que é feita a partir da audiência das autoridades municipais, particularmente do Juiz, dos vereadores e do procurador do concelho, pessoas em condições de dar resposta a todos eles e uma segunda que corresponde à audição dos povos e outras pessoas e autoridades da vila e termo cujos capítulos de correição correspondem às queixas apresentadas e aos respectivos provimentos.

Na resposta aos *itens* da tábua de interrogatórios verifica-se, na correição de 5 de Maio de 1693 dirigida pelo dr. Luís de Mures Monteiro, que o governo da vila de Moncorvo e a sua vida administrativa, económica e social estava conforme as exigências da lei.

Todos os *itens* foram respondidos de modo positivo, isto é a cada pergunta corresponde uma resposta favorável aos conteúdos que lhe subjazem. Verifica-se mesmo a discriminação positiva quando a questão assim o exige. É o caso do terceiro *item* do primeiro campo de inquirição, que trata da natureza e titularidade da jurisdição sobre o concelho e direitos reais.

¹⁹ Arquivo Municipal de Moncorvo, *Livro dos provimentos de correição 1693-1700*, n.º 256 (auto de registo da correição de 1693).

– A quem pertenciam os officios de Tabelião do público, judicial e notas da Vila de Moncorvo, contador, inquiridor e distribuidor do juízo geral, juiz e escrivão dos órfãos, escrivão da câmara, almotaçaria, sisas, achadas e guias, meirinho ou alcaide e os mais officiais de justiça desta vila – cuja resposta é de que todos os officios são pertença de Sua Majestade, sendo dado pelo Rei através do Desembargo do Paço, excepto o alcaide que era da nomeação e escolha da Câmara desta vila, dentre três ou nove nomeados pelo Alcaide Mor Manoel de Sampaio Melo.

Pelas respostas dadas verifica-se que tudo funcionava de acordo com os sentidos expressos nos *itens* da tábua de interrogatórios, permitindo admitir que neste concelho de Torre de Moncorvo tudo estava em conformidade com a lei: não havia fugas ao pagamento dos foros e direitos reais, nem usurpação das alçadas; havia foral na câmara por onde se conheciam os direitos de foral; não se praticavam excessos na cobrança do referido direito; havia todos os pesos e medidas que serviam de padrão para a aferição dos mesmos na vila de Moncorvo mas também em todas as vilas e lugares da Comarca de Moncorvo; a cadeia era segura, estando equipada com todos os ferros exigidos, sublinhando-se porém que era necessário “fazer outra forte e segura”; o concelho não andava em demanda com outros concelhos; não necessitava de mais nenhum oficial de justiça por ter os necessários; não havia lugares despovoados; as pontes, fontes, caminhos e calçadas não precisavam de ser concertadas; os officiais eram os suficientes para as necessidades do bom governo do concelho e, finalmente, foi “*respondido que se guardaram e observaram*” todos os provimentos passados.

Esta tábua de interrogatórios, para o caso de Moncorvo manteve-se, na sua estrutura e conteúdo, em todos os actos de Correição observados até 1786, de tal forma que, a partir de 1693, para este conjunto de *itens* o auto de registo da correição apenas regista “*nada há a acrescentar*”, isto é, o concelho viveu, ao longo dos anos em estabilidade política e administrativa plena, mantendo-se a harmonia institucional verificada em 1693 e anos seguintes.

Uma segunda fase, que corresponde à audição em audiências não só dos vereadores e procurador do concelho, mas também dos juizes das terras representantes dos povos, e do povo do concelho é cumprida, tratando os mais variados assuntos da vila e do termo, alguns deles comuns e até já inquiridos na tábua de interrogatórios.

Os provimentos registados em cada uma das correições são, quanto ao número, muito irregulares. Como o *quadro infra* ilustra vai desde o número máximo de capítulos para o ano de 1736 com 90 provimentos, até ao mínimo de 1 no ano de 1753, não esquecendo o período compreendido entre 1765 e 1769 cuja registo não tem provimento algum assim como no ano de 1777.

Quadro 1
N.º de capítulos e provimentos por correição

Ano	N.º prov.	Ano	N.º prov.	Ano	N.º prov.	Ano	N.º prov.	Ano	N.º prov.
1693	- 19	1731	- 49	1739	- 63	1765	- 0	1776	- 1
1694	- 27	1732	- 48	1748	- 86	1766	- 0	1777	- 0
1695	- 19	1733	- 51	1749	- 2	1767	- 0	1778	- 2
1696	- 20	1734	- 61	1750	- 4	1768	- 0	1780	- 1
1697	- 27	1735	- 78	1751	- 3	1769	- 0	1782	- 6
1698	- 22	1736	- 90	1752	- 1	1770	- 1	1783	- 4
1699	- 18	1737	- 44	1753	- 1	1774	- 3	1784	- 2
1730	- 42	1738	- 53	1761	- 2	1775	- 1	1786	- 2

Tal não obsta a que o habitual conjunto de interrogatórios que denominamos de *tábua* não tivesse sido perguntado, em audiência, aos oficiais da Câmara os quais se encontravam em boa ordem, dispensando a elaboração de qualquer provimento suplementar como os termos de encerramento da audiência levam a concluir: *e por conta de não haver nessessidade algua de se prover pello bom regímen e administração com que se achava esta villa e seu termo, pella assistência do Ministro e officiais da câmara mandou que se fixasse o provimento e o julgou por sua sentença definitiva debaixo de seu sinal e sello. E assinou com os officiais da Câmara e escrivão della e eu Luís Caetano de Torres Portocarreiro o escrevi*²⁰.

A profusão de provimentos nuns anos e a exiguidade noutros não corresponde, parece-nos, a anos de maiores abusos ou irregularidades no governo e funcionamento do concelho, nem sequer a níveis de maior produtividade ou maior actividade inspectora e corregedora desta magistratura. Uma análise comparativa, ainda que ligeira, mostra-nos uma actividade rotineira e repetitiva dos assuntos abordados, constituindo a grande maioria dos provimentos uma réplica de provimentos de correições anteriores. A título de exemplo note-se o ano de 1732 cujo registo do provimento e correição é, no essencial, igual ao de 1731, e dos anos seguintes de 1733 e 1734 que repetem os mesmos provimentos, acrescentado porém de mais alguns cujos assuntos são novos, mas recorrentes de outros anos antecedentes (ver anexo).

Este conjunto de provimentos, apesar de repetidos, prestam-nos, não obstante, um leque de informações que ilustra os principais problemas de governo e administração do território da vila e termo de Moncorvo, não fugindo porém às preocupações que já eram apontadas nos

²⁰ Arquivo Municipal de Moncorvo, *Livro dos provimentos de correição 1693-1700*, n.º 262 (auto de registo da correição de 1765).

interrogatórios da primeira fase. Com a prevalência dos temas ligados à defesa e promoção da *ordem concelhia* e ao *ordenamento social*, também os problemas ligados à defesa dos *direitos régios* e protecção da alçada e jurisdição eram objecto de inquirição.

Quadro 2
Provimentos dos Corregedores (1693-1786) domínios de intervenção

Domínios de intervenção	Períodos/anos				
	1693/99	1730/39	1748/53	1761/78	1780/86
Defesa dos direitos reais e da ordem régia	34	51	5		
Fazenda e património municipal	12	18	14	2	
Governo económico do concelho:					
. Fomento agrícola	12	38	10		
. Montes, baldios e pastoreio	13	76	11	1	
Ordenamento político e social concelhio					
. Político	41	62	6		
. Produção e consumo	11	29	4	2	7
. Judicial e serviço público	28	85	20		3
. Saúde pública	3	5	2	6	3

Os provimentos relacionados com a defesa e promoção da *ordem concelhia* visavam não só o bom funcionamento da câmara e demais corpos e oficiais concelhios como também garantir estabilidade e segurança às populações. Para que esse objectivo fosse atingido era necessário que a Lei fosse cumprida, que a vereação reunisse nos dias da Ordenação, que os oficiais fossem escolhidos e eleitos segundo as disposições legais, que os privilégios fossem mantidos e não houvesse usurpação deles nem o uso indevido. É nessa dimensão também que devem ser interpretados os diversos provimentos, replicados ano após ano, que recomendavam a leitura dos regimentos e leis aos oficiais da vila e termo para não invocarem o seu desconhecimento, tal como quanto à leitura dos provimentos em sede de vereação, para que os vereadores os cumprissem e fizessem cumprir. São os provimentos mais comuns a todas as correições como é o caso do cumprimento, por parte da vereação, com a realização das reunião da câmara, onde o corregedor recomenda se “*fassam todas as semanas, nos dias que sam obrigados a fazer-las na forma que no capitullo da Correissam passada se conthem*”; o caso das eleições dos almotacés e outros oficiais que o corregedor vigia provendo ano após ano que “*se cumpram os capitullos dos provimentos passados e se manda que as eleições que se fizerem de almotacés e mais officiais da Câmara sejam de pessoas beneméritas e capazes na forma dos ditos capitullos*”; o caso do conhecimentos dos regimentos que o corregedor provê mandando “*que se cumpram,*

guardem e observem os capitulos dos provimentos passados” que, em algumas correições ordena a divulgação e leitura nos lugares próprios dos mesmos capítulos e provimentos para se tornarem públicos e, naturalmente, comprometer as autoridades com a sua execução. Manda também, no mesmo provimento, como é exemplo a correição de 1694, que o “*escrivão da câmara leia os regimentos aos oficiais dela e almotacés para cada hum saber as obrigações de seus cargos*”. Outros mais provimentos se encontram ao longo deste período a saber: a proibição de escusas ao desempenho dos cargos, a existência dos pesos e medidas padrão, assim como se procedesse aos aferimentos na forma da lei, a invocação das leis que obrigam os vereadores a servir de almotacés, a organização do arquivo ou cartório municipal onde se guardasse toda a documentação respeitante ao governo e administração da câmara, e à guarda dos documentos régios dos quais se destaca o livro do foral. Outro aspecto a merecer particular atenção do corregedor eram as posturas municipais sendo regularmente referidas nos provimentos, como é o caso no ano de 1736, que recomenda a feitura de novas posturas porque as que estavam em vigor serem antigas, provimento repetido em 1738 e 1739.

Relativamente ao ordenamento social e económico, onde os problemas mais directamente se faziam sentir e se repercutiam no bem estar das populações e no desenvolvimento económico, os provimentos são mais abundantes e variados. Destacam-se porém a atenção prestada à criação e protecção das infra estruturas da vila e termo, designadamente as ligações viárias de grande circulação, as pontes, os caminhos urbanos e rurais, os edifícios concelhios tal como a casa da cadeia, a casa da câmara, o castelo, as muralhas, e à promoção e desenvolvimento económico, fomento da agricultura e defesa dos territórios baldios e maninhos com vista à subsistência dos mais pobres, impedindo o uso particular de baldios e maninhos, a exploração das matas, a vedação indevida de tapadas, o encanamento da ribeira da Vilarça no sentido da protecção da veiga do mesmo nome, alfobre das mais variadas produções agrícolas e florestais. A protecção e manutenção das estruturas viárias justificava-se particularmente para o desenvolvimento dos mercados e feiras que eram subsidiárias destas infra-estruturas, pois os bons caminhos e as pontes facilitavam a chegada dos mercadores e mercadorias necessários à actividade agrícola, mas também proporcionavam o escoamento das produções locais que eram vendidos e exportados para outros mercados; a plantação de árvores, o encanamento dos rios e ribeiras, o controlo de corte de matas e matos, a circulação e controlo dos gados. Os assuntos ligados ao *ordenamento político e social concelhio* eram também constantes no acto de correição. Como se verifica na repetição de provimentos que regulamentavam o controlo dos gados, a circulação de marginais e pessoas nómadas, a proibição das armas. Relevância neste domínio do ordenamento político são os inúmeros provimentos dirigidos ao bom funcionamento da Câmara e da sua estrutura política e de justiça, visando salvaguardar a ordem pública, através do alerta nas escusas e livramento de cargos, para o cumprimento da lei régia na eleição dos

almotacés, assim como para os regulamentos a respeitar na eleição de outros oficiais da Câmara. Nota também para a recomendação que os regimentos fossem do conhecimento da vereação, devendo para o efeito serem lidos em sede de reunião de câmara, assim como também para a obrigação da leitura e divulgação dos provimentos pelo Corregedor sentenciados.

Com menor expressão, mas não menos relevante, são os provimentos dirigidos à protecção da *jurisdição* e *direitos reais* que de modo recorrente se repetem, correição após correição, designadamente na protecção dos direitos de sisa, recomendando que não se fizessem determinadas transacções, nem arrendamentos porque delas resultava prejuízo à Fazenda, para além da cobrança dos direitos de foral, documento que deveria estar em bom estado no cartório da câmara para cuja tarefa o corregedor não deixava de prover, assunto curiosamente tratado na tábua de interrogatórios e também na segunda fase da audiências e correição. Particular nota merece a atenção prestada à saúde e higiene públicas com os provimentos que relacionados com a prática de actos médicos como é o caso da proibição de sangramentos sem licença do médico, feitos por barbeiros. São provimentos que se integram na tentativa de pôr cobro ao uso indevido de tarefas para as quais os barbeiros e cirurgiões não estavam habilitados, como o texto nos esclarece: *informado ele o doutor Corregedor que muitos barbeiros desta vila sangravam e receitavam sem licença dos médicos, havendo que muitas vezes sucedem mortes de enfermos mandou que nenhum barbeiro ou cirurgião desta vila sangre pessoa alguma de qualquer qualidade que seja sem licença dos médicos (...)*²¹. E também o provimento que proíbe de se lavar junto das fontes, actividade propícia à poluição das mesmas ou aquele que determina se limpe o açougue.

A acção corregedora que, pelo volume de provimentos, parece ser intensa no período compreendido entre 1730 e 1739, – com um aumento do número de provimentos que atinge os 493, com o maior número nos anos de 1735 e 1736, respectivamente 78 e 90, assim como no ano de 1748 com 86 – não evidencia mudanças estratégicas na acção política. De facto as diferenças não revelam mudança política nem uma dedicação deliberada a esta ou aquela rubrica do governo local das terras ou dos interesses da Coroa. Verifica-se mesmo uma grande semelhança com os provimentos dos anos anteriores, alguns deles replicados, sendo os novos aqueles que estabelecem a diferença. Para o ano de 1735, no domínio da saúde, surge pela primeira vez a proibição de os boticários receitar medicamentos sem ordem do médico, provimento que vem na linha dos provimentos anteriores que proíbem o sangramento sem ordem médica, o que nos parece revelador de uma mudança na forma como se olha para os

²¹ Arquivo Municipal de Moncorvo, *Livro dos provimentos de correição 1693-1700*, n.º 260 (auto de registo da correição de 1730).

doentes e, sobretudo para aqueles que pretendem combater a doença. Surge pela primeira vez também, no domínio do *ordenamento social*, a autorização de o dono que apanhar alguém a cortar as bandeiras do milho o pudesse prender e entregar na casa da cadeia. No ano de 1736 e seguintes, este provimento mantém-se, ainda que tenha um provimento que parece contradizer esta liberdade de poder prender pois provê que “se não façam prisões se não o meirinho e alcaide”. Os provimentos que neste período surgem e fazem aumentar o seu número, são maioritariamente dedicados ao *ordenamento político e social* do concelho e ao *ordenamento económico*. Novidade é o conjunto de provimentos que tratam das relações de funcionamento de outro magistrado régio, o Provedor, que vê dirigidos directa ou indirectamente à sua acção 10 provimentos certamente a exprimir alguma tensão ou concorrência entre as duas mais elevadas magistraturas territoriais. Desde a protecção da terça, que parece não andar bem separada, ou o registo das coimas que por isso mesmo também escapavam de pagar a terça para o Rei, até ao salário do Provedor e seus oficiais que metiam em conta despesas a que não tinham direito, outros mais provimentos foram registados neste ano de 1735 e mantidos no ano de 1736. É nestes dois anos também que se manifesta uma maior atenção com as infra-estruturas da vila e do termo. Para a vila o corregedor faz provimento para que se componham as calçadas da vila, se concerte a Rua Nova e o caminho que vai para S. Francisco, se tapasse um poço, se conclua um passadiço, se faça um chafariz na praça e os canos que conduzirão a água para ele. Para o termo apenas se manda que se concerte a ponte do rio Sabor. Além disso surgem provimentos que regulam o salário do médico, a segurança dos presos e se façam as posturas por estarem antigas.

Esta profusão de provimentos vai terminar em 1748, último ano em que se regista um número elevado, porém com a maioria deles repetidos de ano para ano, alguns deles desde o primeiro ano de observação. Surgem alguns a revelar novas preocupações como é o caso do provimento sobre o registo de privilégios que ordena se faça o registo dos privilégios para que se possa efectivamente saber quem deles pode beneficiar e se há usurpação e o pagamento dos foros reais inscritos na carta de foral. Em 1748 verifica-se também um aumento dos provimentos sobre a multa dos gados atingindo o número de 15.

A partir deste ano de 1748 o número de provimentos diminui drasticamente como se pode ver na tabela 3 que distribuimos por assuntos tratados:

Quadro 3
Provimentos de Corregedores na Vila de Moncorvo Assuntos (1749/1786)

Ano	N.º	Assunto provido
1749	2	Multas aos gados
1750	4	Pesos e medidas; Ponte do Rio Sabor; Ponte da Vilariça.
1751	3	Rendeiro dos verdes; Achadas dos verdes; pastoreio de porcos.
1752	1	Rendeiro dos verdes.
1753	1	Rendeiro dos verdes.
1761	2	Roubo das uvas; Cofre dos órfãos
1765	0	
1766	0	
1767	0	
1768	0	
1769	0	
1770	1	Eleição de almotacés.
1774	3	Pesos e medidas; Construção de uma fonte; Concerto de caminho.
1775	1	Eleição de Juizes.
1770	0	
1776	1	Concerto de caminho.
1778	2	Concerto de caminho e chafariz; Corte de ramos.
1780	1	Concerto de Calçadas e testadas.
1782	6	Chafariz do lugar de Lamelas; Concerto das testadas; Limpeza das testadas; Chafariz da praça; Concerto de estradas; Rebuscadores de azeitonas.
1783	4	Concerto de canos; Limpeza de estradas e testadas; Concerto de chafariz; Salário dos jornaleiros.
1784	2	Limpeza de estradas e testadas; Salário dos jornaleiros.
1786	2	Moleiros entreguem os grãos em peso; Eleição de cargos.

Como se pode ver nos anos de 1751 a 1753 o rendeiro dos verdes é objecto de um provimento visando o aperfeiçoamento da sua actuação no acto de registo da coima, que determina que deve fazer-se acompanhar por uma testemunha idónea que, no caso, deveria ser o porteiro da câmara. Depois verifica-se uma acção corregedora com provimentos variados, sugerindo uma atitude mais atenta e discriminada, certamente à medida das necessidades mais prementes a corregger, de qualquer modo sempre uma actuação dos corregedores reduzida ao mínimo.

Conclusão

A modo de síntese é possível fazer algumas considerações e tentar extrair as principais conclusões.

No que respeita à acção correcional dos Corregedores a primeira diz respeito à evolução do número de provimentos adentro do 1.º e 2.º períodos, correspondentes ao governo de D. João V e D. José I. De assinalar o elevado volume de provimentos no tempo de D. João V que exprime e testemunha um grande reforço da actuação da Coroa neste período como o quadro síntese ilustra;

N.º médio de capítulos e provimentos (1693-1750)

	1693/1699 (7 anos)	1730/1736 (7 anos)	1737/1750 (6 anos)
Total de prov. s	153	421	289
N.º médio	22	60	41

Em contraponto a baixa actuação dos Corregedores no reinado de D. José I e do Marquês de Pombal. Tendo em conta o que é conhecido de continuidade e até reforço da acção política centralizadora e reformadora do reinado de D. José I e seu ministro Pombal esperava-se a continuação senão o aumento do movimento fiscalizador vindo do reinado anterior.

	1750/1766 (7 anos)	1767/1776 (7 anos)	1777/1786 (7 anos)
Total de prov. s	11	6	13
N.º médio	1-2 (1.6)	0-1 (0.8)	1-2 (1.9)

Esta evolução suscita a seguinte reflexão.

A acção política e eficácia dos provimentos, a profusão de provimentos nuns anos e a exiguidade noutros não corresponde, parece-nos, a anos de maior irregularidade ou omissões na acção do governo e funcionamento do concelho, nem sequer a níveis de maior produtividade ou, como é curial pensar, maior actividade “inspectora” e corregedora desta magistratura. É que, como já referimos, parece prevalecer, nos anos de grande produção de capítulos e provimentos, uma actividade rotineira e repetitiva, incidindo os provimentos sobre as mesmas matérias ano após ano. Esta actividade rotineira e conservadora não deixa também de exprimir o facto de

que o poder local concelhio, a câmara, sobre a qual recaía a responsabilidade do governo da vila e termo, embora confrontada com os provimentos do Corregedor, não tinha capacidade para os executar, e o Corregedor não tinha poder para os fazer cumprir, aspecto aliás que está de acordo com a natureza tutelar administrativa do cargo despida de poderes hierárquicos.

Por outro lado esta acção corregedora que percorre a última década do século XVII e quase todo o século XVIII não parece expressa da vontade de ruptura e transformação antes parece, podermos intuir, uma ideia de manutenção de um *status quo* assente nas inércias do exercício dos poderes do Corregedor e das autoridades concelhias. Não parece emergir da parte de nenhuma destas instâncias vontade de alterar *habitus* de funcionamento e os provimentos vão tão só dirigidos a corrigir as situações mais críticas no que toca ao governo e administração local e territorial. É certo porém que medidas que se pretendem reformistas e revolucionárias para mudar esta realidade só aparecerão após este período pelas leis de 1790/92, de que aliás as reflexões de J. A. de Sá são expressão.

De qualquer modo à luz dos capítulos de correição ano após ano notados e diligentemente passados a papel, é possível sem dúvida, identificar os problemas de governo das terras e as suas necessidades. Avaliar em definitivo o impacto da acção dos corregedores e das medidas de vigilância contidas nos respectivos provimentos é, porém, objectivo que não está ao nosso alcance. Escapa-nos uma outra dimensão que é o exercício efectivo do governo dos concelhos pelas câmaras e seus corpos, designadamente da vereação, o juízo de almotaçaria e juízes de vintena, para por eles se seguir a acção governativa e verificar se houve ou não vontade e esforço de executar os provimentos. Só assim é possível responder a algumas dificuldades de compreensão da repetição dos provimentos assim como a inexistência deles.

Da manutenção de rotinas e inércias por parte da acção da administração local e da baixa pressão da acção corregedora – favorável à manutenção de abusos e privilégios instalados em prejuízo do povo lavrador e dos administrados em geral – fala-nos J. A. de Sá nos seus Provimentos escritos por 1790. Pensamos que eles ganham todo o seu completo significado, ao sublinharmos, como foi feito neste trabalho, que pelo menos ao longo de cerca de 40 anos – desde 1748 a 1788 – a acção municipal do concelho e comarca de Moncorvo andou à rédea solta e a acção dos magistrados régios fraca e certamente inconsequente. Este é certamente um panorama mais particular a esta comarca transmontana, porque, a título de exemplo, no que diz respeito a outras comarcas do território nacional, como é o caso do Minho – pelo menos medida pela actuação dos corregedores – a vida e a actividade municipal foi continuamente vigiada, em especial na época pombalina.